

**ALTERADA PELO
DEC RS N° 36.636/1993**

LEI Nº 9.519, DE 21 DE JANEIRO DE 1992.

Institui o Código Florestal do Estado do Rio Grande do Sul e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Faço saber, em cumprimento ao disposto no Art. 82, inciso IV da Constituição do Estado, que a Assembléia Legislativa aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

**CAPÍTULO I
Da Política Florestal**

Art. 1º - As florestas nativas e as demais formas de vegetação natural existentes no território estadual, reconhecidas de utilidade às terras que revestem, são consideradas bens de interesse comum a todos os habitantes do Estado, exercendo-se os direitos com as limitações que a legislação em geral e, especialmente, esta Lei estabelecem.

Art. 2º - A política florestal do Estado tem por fim o uso adequado e racional dos recursos florestais com base nos conhecimentos ecológicos, visando à melhoria de qualidade de vida da população e à compatibilização do desenvolvimento sócio-econômico com a preservação do ambiente e do equilíbrio ecológico.

Art. 3º - São objetivos específicos da política florestal do Estado:

I – criar, implantar e manter um Sistema Estadual de Unidades de Conservação, de forma a proteger comunidades biológicas representativas dos ecossistemas naturais existentes, em conformidade com o Art 251, § 1º, incisos VI, VII, XII e Art. 259 da Constituição do Estado;

. O Sistema Estadual de Unidades de Conservação foi criado pelo Decreto Estadual nº 34.256/92;

. O Decreto Estadual nº 34.573/92 aprova o regulamento dos Parques Estaduais do RS.

II – facilitar e promover o desenvolvimento e difusão de pesquisas e tecnologias voltadas à atividade florestal;

III – monitorar a cobertura florestal do Estado com a divulgação de dados de forma a permitir o planejamento e a racionalização das atividades florestais;

IV – exercer o poder de polícia florestal no território estadual, quer em áreas públicas ou privadas;

V – instituir os programas de florestamento e reflorestamento considerando as características sócio-econômicas e ambientais das diferentes regiões do Estado;

VI – estabelecer programas de educação formal e informal, visando à formação de consciência ecológica quanto à necessidade do uso racional e conservação do patrimônio florestal;

VII – facilitar e promover a proteção e recuperação dos recursos hídricos, edáficos e da diversidade biológica;

VIII – promover a recuperação de áreas degradadas, especialmente nas áreas de preservação permanente e reserva legal, bem como proteger as áreas ameaçadas de degradação;

IX – instituir programas de proteção florestal que permitam prevenir e controlar pragas, doenças e incêndios florestais;

X – identificar e monitorar as associações vegetais relevantes, espécies raras ou endêmicas e ameaçadas de extinção, objetivando sua proteção e perpetuação;

XI – implantar um banco de dados que reúna todas as informações existentes na área florestal;

XII – manter cadastro de produtores, comerciantes e consumidores de produtos florestais no Estado;

. **NOTA DO EDITOR:** *O Decreto Estadual nº 35.095/94 regulamenta o registro no Cadastro Florestal de produtores, consumidores e comerciantes de matéria-prima florestal.*

XIII – efetuar o controle estatístico da oferta e procura de matéria-prima florestal em níveis regional e estadual;

XIV – planejar e implantar ações que permitam encontrar o equilíbrio dinâmico entre a oferta e a procura de matéria-prima florestal em níveis regional e estadual, com base no princípio do regime sustentado e uso múltiplo;

XV – integrar as ações da autoridade florestal com os demais órgãos e entidades ambientais que atuam no Estado.

Art. 4º - O órgão florestal competente poderá firmar convênios com pessoas jurídicas de direito público e privado, visando à execução da política florestal do Estado.

Art. 5º - São instrumentos da política florestal:

- I – o órgão florestal;
- II – a pesquisa florestal;
- III – a educação ambiental;
- IV – o zoneamento ecológico/econômico florestal;
- V – o plano de produção florestal estadual;
- VI – o incentivo à produção florestal;
- VII – o incentivo à preservação florestal;
- VIII – o monitoramento e a fiscalização dos recursos florestais;
- IX – o estabelecimento de percentuais mínimos de cobertura florestal;
- X – o estudo prévio de impacto ambiental;
- XI – o plano de manejo florestal;
- XII – a autorização para exploração florestal;
- XIII – a obrigatoriedade da reposição florestal;
- XIV – as sanções administrativas e disciplinares do descumprimento da legislação florestal;
- XV – as unidades de conservação estaduais;
- XVI – a polícia florestal estadual.

CAPÍTULO II

Da Exploração e Reposição Florestal

Art. 6º - As florestas nativas e demais formas de vegetação natural de seu interior são consideradas bens de interesse comum, sendo proibido o corte e a destruição parcial ou total dessas formações sem autorização prévia do órgão florestal competente.

Art. 7º - A autorização para a exploração de florestas nativas somente será concedida através de sistema de manejo em regime ajardinado (Capítulo V, Art 42, inciso XVI), não sendo permitido o corte raso, havendo obrigatoriedade de reposição nos termos desta Lei.

. *Vide Art. 19.*

Art. 8º - Os proprietários de florestas ou empresas exploradoras de matéria-prima de florestas nativas, além da reposição, por enriquecimento, previstas no Plano de Manejo Florestal, para cada árvores cortada deverão plantar 15 (quinze) mudas, preferencialmente das mesmas espécies, com replantio obrigatório dentro de 1 (um) ano, sendo permitido o máximo de 10% (dez por cento) de falhas, comprovado mediante laudo técnico e vistoria do órgão florestal competente.

Parágrafo Único – A reposição de que trata este artigo, vedado o plantio de exóticas em meio às nativas, será feita mediante o plantio de, no mínimo, 1/3 (um terço) de essências nativas dentro do imóvel explorado, podendo o restante ser em outro imóvel do mesmo ou diverso proprietário ou empresa, com a devida comprovação no órgão competente.

Art. 9º - Na hipótese do Art. 8º, 20% (vinte por cento) da área com floresta nativa constituirá reserva florestal, imune ao corte, sendo vedada a alteração de sua destinação no caso de transmissão a qualquer título ou desmembramento da área.

§ 1º - A reserva florestal deverá ser perfeitamente definida e delimitada no Plano de Manejo Florestal em função das características peculiares de cada propriedade.

§ 2º - Nas propriedades cuja vegetação de preservação permanente ultrapassar a 40% (quarenta por cento) da área total da propriedade, fica dispensada a reserva florestal prevista neste Artigo.

. Vide Art. 23.

Art. 10 – As florestas nativas que apresentam, no inventário florestal, volume inferior ao valor médio determinado, pelo órgão florestal competente para a formação florestal inventariada, não poderão ser exploradas.

Art. 11 – Não poderão ser cortados indivíduos representativos de espécie que apresentarem, no inventário florestal, abundância absoluta e frequência absoluta inferiores aos valores médios determinados para a espécie na formação florestal inventariada.

Art. 12 – O Plano de Manejo Florestal deverá sempre indicar árvores adultas como matrizes e porta-sementes a serem preservadas, a título de banco genético.

Art. 13 – A licença para o corte de capoeira, entendida como tal a definida no Capítulo V, Art. 42, inciso XI desta Lei em propriedades com até 25 hectares de área, fornecido pelo órgão competente, por solicitação do proprietário, desde que respeitadas as áreas de preservação permanente, de reserva legal, de reserva florestal, as áreas com inclinação superior a 25 graus e as áreas consideradas de relevante interesse ambiental a critério do referido órgão.

§ 1º - A licença poderá ser fornecida por pessoas jurídicas de direito público e privado devidamente conveniadas com o órgão florestal competente, como prevê o Art. 4º desta Lei, sem ônus para o pequeno produtor.

§ 2º - VETADO

§ 3º - Nas propriedades com áreas superiores a 25 (vinte e cinco) hectares, a solicitação para corte de capoeira deverá ser acompanhada de laudo técnico de

Engenheiro Florestal, Engenheiro Agrônomo ou Técnico Agrícola, ressalvadas as limitações da parte final do “caput” deste artigo.

. *Redação do Art. 13 dada pela Lei nº 9.950/93.*

§ 4º - A licença de que trata o "caput" deste artigo também poderão ser concedidos para áreas com inclinação entre 25 e 45 graus, desde que o plano de manejo florestal indique a implantação de culturas permanentes, preferencialmente fruticultura ou silvicultura, e as práticas de conservação do solo a serem adotadas.

. *§ 4º acrescido pela Lei 12.115, de 06/07/04.*

Art. 14 – Visando à perpetuação da espécie, fica proibido o abate da *Araucaria angustifolia* em floresta nativa com diâmetro inferior a 40 (quarenta) centímetros à altura de 1,30 metros do solo.

Art. 15 – A autorização para a utilização dos recursos florestais oriundos de florestas nativas, em propriedades onde tenha ocorrido a destruição da cobertura vegetal considerada pelo Código Florestal de preservação permanente, fica condicionada à apresentação de projeto de recuperação ambiental, visando ao retorno das suas condições originais.

Art. 16 – A exploração de matéria-prima de florestas plantadas vinculadas, somente será permitida desde que contemplada no Plano de Manejo Florestal, observando o regime sustentado e uso múltiplo.

Art. 17 – Nas florestas plantadas, não vinculadas, é livre a exploração, transporte e comercialização de matéria-prima florestal desde que acompanhada de documento fiscal e guia florestal.

. **NOTA DO EDITOR:** *A obrigatoriedade do acompanhamento de guia florestal (parte final do dispositivo legal) nas situações previstas neste artigo foi suspensa por 5 (cinco) anos, a partir de 02 de janeiro de 2002 (portanto até 02 de janeiro de 2007), pela Lei nº 11.713, de 28/02/2001. A necessidade de acompanhamento de documento fiscal permanece válida.*

Art. 18 – Os consumidores de matéria-prima florestal, assim definidos no Capítulo V, Artigo 42, inciso XXI e alíneas, são obrigados a manter florestas próprias plantadas para a exploração racional, ou a formar diretamente, ou por intermédio de empreendimentos dos quais participam, florestas destinadas ao seu suprimento.

§ 1º - O atendimento ao disposto neste Artigo poderá ser realizado através de projetos próprios ou pela execução e/ou participação em programas de fomento junto a cooperativas e associações de reposição obrigatória, aprovados pelo órgão florestal competente.

§ 2º - Cabe ao órgão florestal competente estabelecer os limites de plantio, tendo em vista o equilíbrio entre oferta e procura de matéria-prima florestal.

*. **NOTA DO EDITOR:** A eficácia deste artigo 18 foi suspensa por 5 (cinco) anos, a partir de 02 de janeiro de 2002 (portanto até 02 de janeiro de 2007) por determinação da Lei nº 11.713, de 28/02/2001. A referida suspensão persistirá até que o Poder Público do Estado conclua o Inventário Florestal previsto no artigo 44 deste Código, cabendo ao órgão estadual competente, ouvido o Conselho Estadual do Meio Ambiente, em caso de não realização do Inventário no prazo acima previsto, fixar nova data para o término da suspensão.*

Art. 19 – A comercialização ou venda de lenha e a produção de carvão vegetal só será permitida a partir de florestas plantadas ou provenientes de subprodutos oriundos de florestas nativas manejadas conforme estabelecido no Art. 7º desta Lei.

. Vide Portaria SSMA nº 03/95

Art. 20 – Quem já tenha realizado reflorestamento com espécies adequadas em áreas de sua propriedade ou da qual detenha a justa posse poderá vincular-se para dar cumprimento à reposição obrigatória, devendo apresentar ao órgão florestal competente um inventário florestal detalhado.

Art. 21 – Uma vez autorizado o corte de árvores, nos termos desta Lei, será obrigatória a comunicação do início do corte, para que o órgão florestal competente, diretamente, ou através de entidades conveniadas, possa exercer a fiscalização, sendo obrigatória a vistoria após a realização do corte.

Art. 22 – A autorização para a utilização dos recursos florestais fica condicionada ao cumprimento desta Lei e à quitação de débitos oriundos de infrações florestais, comprovadas através de certidão negativa de dívidas florestais.

CAPÍTULO III

Da Proteção Florestal

Art. 23 – É proibida a supressão parcial ou total das matas ciliares e da vegetação de preservação permanente definida em Lei e reserva florestal do Artigo 9º desta Lei, salvo quando necessário à execução de obras, planos ou projetos de utilidade pública ou interesse social, mediante a elaboração prévia de EIA – RIMA e licenciamento do órgão competente e Lei própria.

Parágrafo Único – A supressão de vegetação de que trata este Artigo deverá ser compensada com a preservação de ecossistema semelhante em área que garanta a evolução e a ocorrência de processos ecológicos.

Art. 24 – A fim de possibilitar a identificação da floresta plantada e da nativa

existente, deve o produtor apresentar, à autoridade florestal, planta da propriedade, indicando sua respectiva localização através de laudo técnico, sendo averbado no órgão florestal competente.

Art. 25 – O Estado, visando à conservação ambiental, criará, manterá e estimulará, diretamente, ou através de convênios com os municípios ou entidades oficialmente reconhecidas, hortos florestais, estações experimentais e jardins botânicos, com assistência técnica voltada para a recuperação, prioritariamente, das florestas degradadas e para a implantação de reflorestamento.

Parágrafo Único – os projetos de assentamento, ou reassentamento, de agricultores, delimitarão as áreas de conservação.

Art. 26 – O Estado estimulará a pesquisa de espécies nativas a serem utilizadas para projetos de proteção e recuperação ambiental.

Art. 27 – O Poder Público Estadual, em projetos de manejo de bacias hidrográficas, deverá priorizar a proteção da cobertura vegetal dos mananciais de abastecimento público.

Art. 28 – É proibido o uso do fogo ou queimadas nas florestas e demais formas de vegetação natural.

§ 1º - Em caso de controle e eliminação de pragas e doenças, como forma de tratamento fitossanitário, o uso de fogo, desde que não seja de forma contínua, dependerá de licença do órgão federal competente.

§ 2º - No caso previsto no § 1º, o órgão federal competente deverá difundir critérios e normas de queima controlada, assim como campanha de esclarecimento de combate a incêndios.

Art. 29 – Em caso de incêndio florestal que não se possa extinguir com recursos ordinários, é dever de toda autoridade pública, requisitar os meios materiais e convocar pessoas em condições de prestar auxílio.

Art. 30 – Ficam proibidos a coleta, o comércio e o transporte de plantas ornamentais oriundas de florestas nativas.

Parágrafo Único – Será permitida a coleta de exemplares, fora das unidades de conservação, com finalidade científica, por pesquisadores autônomos ou entidades, mediante autorização especial do órgão florestal competente.

Art. 31 – Ficam proibidos a coleta, a industrialização, o comércio e o transporte do xaxim (*Dicksionia sellowiana*) proveniente de floresta nativa.

Art. 32 - **REVOGADO**

. Art. 32 **revogado** pela Lei nº 10.331/94. A redação original era:

“Art. 32 – Ficam proibidos a coleta, a comercialização, o transporte e a industrialização do palmito (*Euterpe edullis* Mart.) proveniente de floresta nativa.”

Art. 33 – Fica proibido, em todo o Estado do Rio Grande do Sul, o corte das espécies nativas de figueira, do gênero *ficus* e das corticeiras do gênero *erythrina*.

Art. 34 – Fica proibido o corte de exemplares de algarobo (*Prosopis nigra*) e inhanduvá (*Prosopis affinis*), em todo o território do Rio Grande do Sul, com fundamento no Artigo 14, alínea b, do Código Florestal Federal.

Art. 35 – O órgão florestal competente deverá proibir ou limitar o corte das espécies vegetais consideradas em vias de extinção, raras ou endêmicas, delimitando as áreas compreendidas no ato.

Parágrafo Único – O órgão florestal competente deverá divulgar relatório anual e atualizado das espécies raras ou endêmicas e ameaçadas de extinção.

Art. 36 – Qualquer árvore poderá ser declarada imune de corte por ato do Poder Público, ouvido o órgão florestal competente, por motivo de sua localização, raridade, beleza, importância científica ou interesse cultural ou histórico.

Art. 37 – É vedada a introdução de espécies exóticas nas unidades de conservação, cujo objetivo é a preservação dos ecossistemas naturais “in situ”.

Art. 38. – Ficam proibidos o corte e a respectiva exploração da vegetação nativa em área da Mata Atlântica, que será delimitada pelo Poder Executivo.

§ 1º - Excepcionalmente, a supressão da vegetação primária ou em estágio avançado e médio de regeneração da Mata Atlântica poderá ser autorizada, mediante decisão motivada ao órgão competente, quando necessária a execução de obras, planos, atividades ou projetos de utilidade pública ou interesse social, através de aprovação de estudo e respectivo relatório de impacto ambiental.

§ 2º - Poderá ser autorizada a utilização eventual de determinadas espécies florestais de Mata Atlântica para consumo comprovado na propriedade rural atendendo a normalização do órgão competente, sendo vedada a exploração comercial.

§ 3º - A supressão da vegetação em estágio inicial de regeneração de Mata Atlântica obedecerá ao disposto no Art. 13 desta Lei.

. Redação do Art. 38 dada pela Lei nº 10.688/96.

. **NOTA DO EDITOR:** O Decreto Estadual nº 36.636 delimita a área de Mata Atlântica no RS.

Art. 39 – Os programas nacionais e estaduais que buscam o aproveitamento dos recursos hídricos para geração de energia, irrigação, drenagem e outros fins, devem destinar, obrigatoriamente, parte de seus investimentos para medidas compensatórias de recomposição de matas ciliares e implantação de unidades de conservação.

Parágrafo Único – No caso de hidroelétrica, fica o responsável pelo projeto obrigado a implantar e recompor as matas ciliares da bacia de acumulação.

Art. 40 – O Estado deverá, através do órgão florestal competente, em conjunto com outras instituições públicas e privadas promover, com espécies nativas da mesma região fitofisionômica, a arborização das rodovias estaduais.

CAPÍTULO IV **Das Infrações e Penalidades**

Art. 41 – As infrações ao disposto nesta Lei importarão nas seguintes sanções:

I – a infração ao disposto no Art. 6º desta Lei importará em perda de produto, além do pagamento de multa correspondente ao valor da matéria-prima extraída;

II – a infração ao disposto no Art. 8º desta Lei importará em multa ao infrator, correspondente ao valor de 8 (oito) UPF's-RS, por muda não plantada;

III – a violação ao disposto no Art. 9º desta Lei, no caso de abate da reserva florestal, importará em perda do produto, além do pagamento de multa correspondente ao valor da matéria-prima extraída;

IV – a infração ao disposto no Art. 9º desta Lei, no caso de não demarcação e averbação, bem como alteração da destinação, importará em multa ao infrator, correspondente ao valor de 8 (oito) UPF's-RS por árvore;

V – a infração ao disposto no Art. 10 desta Lei importará na perda do produto, além do pagamento de multa correspondente ao valor da matéria-prima extraída;

VI – a infração ao disposto no Art. 11 desta Lei importará na perda do produto, além do pagamento da multa correspondente ao valor da matéria-prima extraída;

VII – a infração ao disposto no Art. 14 desta Lei importará na perda do produto, além do pagamento de multa correspondente ao valor da matéria-prima extraída e, em caso de reincidência, importará na perda do registro de exploração de essências nativas;

VIII – a reincidência na infração ao disposto no Art. 18 desta Lei importará na interdição da empresa, além da multa ao infrator, correspondente ao valor de 100 (cem) a 300 (trezentos) UPF's-RS;

IX – a infração ao disposto no Art. 19 desta Lei importará na apreensão e perda do produto;

X – a infração ao disposto no Art. 23 desta Lei importará na apreensão e perda do produto, além da multa correspondente ao valor da matéria-prima extraída;

XI – a infração ao disposto no Art. 2º desta Lei importará em multa ao infrator correspondente ao valor de 100 (cem) a 300 (trezentos) UPF's-RS por hectare ou fração;

XII – a infração ao disposto nos artigos 31, 32, 3 e 35 desta Lei importará na apreensão e perda do produto;

XIII – a infração ao disposto no Artigo 34 desta Lei importará na perda e apreensão do produto, bem como em multa ao infrator, correspondente ao valor de 100 (cem) a 300 (trezentos) UPF's-RS.

§ 1º - As multas, a que se refere este artigo, serão aplicadas sem prejuízo das sanções penais e administrativas dispostas em Lei Federal.

§ 2º - Além das penas previstas neste artigo, o infrator deverá promover a recomposição do ambiente, através da execução de projeto, previamente aprovado pelo órgão florestal competente.

§ 3º - O procedimento das multas, compreendendo notificação, autuação, recursos e pagamento, será regulamentado pelo Poder Executivo.

CAPÍTULO V **Das Conceituações**

Art. 42 – Para os fins previstos nesta Lei entende-se por:

I – espécie nativa: espécie de ocorrência natural, primitiva no território do Rio Grande do Sul;

II – espécie ameaçada de extinção: espécie em perigo de extinção, cuja sobrevivência é improvável, se continuarem operando os fatores causais. Inclui populações reduzidas em níveis críticos e “habitats” drasticamente reduzidos;

III – espécie rara ou endêmica: espécie de ocorrência limitada a certos ambientes ou com auto-ecologia restrita a um “habitat” específico (o mesmo que endemismo);

IV – floresta: toda formação florística de porte arbóreo, mesmo em formação;

V - florestas nativas: são florestas sucessoras, de ocorrência natural no território

do Rio Grande do Sul, em formação ou adulta, constituídas por espécies pioneiras da região e que tenham superado o estágio de capoeira quanto ao seu desenvolvimento.

. Redação do inciso V dado pela Lei nº 12.115, de 06/07/04. A redação original era:

“V – floresta nativa: são as formações florestais de ocorrência natural no território do Estado do Rio Grande do Sul;”

VI – floresta degradada: floresta que sofreu intervenção antrópica muito acentuada, a ponto de descaracterizá-la em termos de estrutura e composição florística;

VII – floresta heterogênea: florestas mistas quanto à composição de espécies;

VIII – florestas inequianas: florestas compostas de indivíduos de várias idades;

IX – florestas vinculadas: são aquelas implantadas com recursos de incentivo fiscal e/ou reposição obrigatória;

X – florestas não vinculadas: florestas implantadas com recursos próprios;

XI - capoeira: formação vegetal sucessora, em estágio inicial ou médio, constituída principalmente por espécies pioneiras nativas da região, provenientes de florestas nativas primárias ou de sucessoras, em formação ou adulta, submetidas ao corte raso e em que pelo menos 50% da população arbórea não tenha ainda alcançado um Diâmetro à Altura do Peito (DAP) de 12 cm.

. Redação do inciso XI dado pela Lei nº 12.115, de 6/7/04. A redação original era:

“XI – capoeira: formação vegetal sucessora, proveniente de corte raso de floresta ou pelo abandono de áreas com qualquer outro uso, constituída, principalmente, por espécies pioneiras nativas da região, até a altura máxima de 3 (três) metros;”

XII – associação vegetal relevante: comunidade vegetal de importância regional ou local, com características fitofisionômicas e fitossociológicas específicas inerentes a um determinado ecossistema;

XIII – unidades de conservação estaduais: são porções do território estadual incluindo as águas circunscritas, com características naturais de relevante valor, de domínio público ou de propriedade privada, legalmente instituídas pelo poder público com objetivos e limites definidos e sob regimes especiais de administração às quais aplicam-se garantias adequadas de proteção;

XIV – matéria-prima florestal: produtos de origem florestal, que não tenham sido submetidos a processamentos tais como toras, toretas, lenha, resina, plantas

medicinais, ornamentais e comestíveis, frutos, folhas e cascas;

XV – fomento florestal: conjunto de ações dirigidas à valorização qualitativa e quantitativa da produção florestal, incluindo a constituição, reconstituição e enriquecimento das formações florestais, bem como a promoção e divulgação de estudos e investigações que demonstrarem maior ou melhor utilização de bens materiais e imateriais da floresta;

XVI – regime ajardinado: sistema de manejo para florestas heterogêneas e inequianas, com intervenções baseadas em corte seletivo de árvores, regeneração natural ou artificial, visando à produção contínua e manutenção de biodiversidade de espécies;

XVII – regime sustentado e uso múltiplo: produção constante e contínua de bens florestais materiais (madeira, semente, extrativo, folha, casca, caça, pesca) e imateriais (proteção de água, ar, solo, fauna, flora e recreação) mantendo a capacidade produtiva do sítio, em benefício da sociedade;

XVIII – enriquecimento: plantio de mudas de uma floresta ou formação semelhante, com a finalidade de recomposição florística;

XIX – plano de manejo florestal: documento técnico onde constam todas as atividades a serem executadas durante o período de manejo florestal;

XX – corte raso: abate de todas as árvores de uma superfície florestal;

XXI – consumidor:

a) serrarias;

b) fábrica de lâminas, papel, papelão, pasta mecânica, celulose, aglomerados, prensados, fósforos;

c) extratores de toras;

d) consumidores de lenha e carvão acima de 200 m³/ano;

e) indústrias de palmito;

f) produtores e comerciantes de lenha e carvão;

g) ervateiras;

h) indústrias de tanino;

i) outros produtores, consumidores e afins, assim considerados pelo órgão competente.

CAPÍTULO VI

Disposições Finais

Art. 43 – O Estado, entre outras atribuições, fiscalizará as florestas nativas e

demais formações florísticas do Estado em colaboração com outras entidades de direito público ou privado.

Art. 44 – O Poder Público estadual promoverá, a cada 5 (cinco) anos, o inventário florestal e zoneamento florístico do Estado, divulgando, anualmente, o censo referente ao consumo e produção de matéria-prima florestal.

Art. 45 – O Poder Público Estadual, através da integração de órgãos públicos e privados deverá promover, de forma permanente, programas de conscientização e educação ambiental nos ensinos de primeiro e segundo graus.

§ 1º - A partir da promulgação desta Lei, os livros escolares de leitura a serem editados deverão conter textos de educação florestal, previamente aprovada pelo conselho Estadual de Educação, ouvido o órgão florestal competente.

§ 2º - As estações de rádio e televisão do Estado incluirão, obrigatoriamente, em suas programações, textos e dispositivos de interesse florestal, no limite mínimo de 5 (cinco) minutos semanais, distribuídos, ou não, em diferentes dias.

Art. 46 – O órgão florestal competente promoverá, juntamente com outras instituições públicas e privadas, festa anual, da árvore, no período de 21 a 27 de setembro.

Art. 47 – Nos mapas e cartas oficiais do Estado serão obrigatoriamente assinaladas as unidades estaduais públicas de conservação e áreas indígenas.

Art. 48 – O Poder Executivo realizará estudos visando a verificar a situação atual e a viabilidade de implantação dos parques e reservas estaduais criados e não implantados pelo Estado.

Art. 49 - É criado o Fundo de Desenvolvimento Florestal - FUNDEFLOR, a fim de arrecadar recursos destinados a executar a política florestal do Estado, vinculado à Secretaria do Meio Ambiente - SEMA

. Redação do Art. 49 dada pela Lei nº 11.362/99

. O FUNDEFLOR é regulamentado pelo Decreto nº 39.840/99, que revogou o Decreto nº 34.550/92.

Parágrafo Único - Os recursos auferidos, em decorrência de aplicação de penalidades por infrações ao Código Florestal do Estado, serão destinados a programas estaduais de florestamento, reflorestamento e fiscalização florestal e educação ambiental, executados pelo órgão florestal estadual.

. Redação do par. único dada pela Lei nº 10.831/96. A redação anterior era a seguinte:

"Parágrafo único - Os recursos auferidos em decorrência de multas ou infrações florestais serão destinados a programas estaduais de florestamento e reflorestamento."

Art. 50 – Nas regiões onde não houver viveiros de plantas florestais, estes serão implantados pela Secretaria de Agricultura ou entidades conveniadas, colocando as mudas de essências florestais à disposição dos proprietários rurais a preço de custo.

Art. 51 – Todas as propriedades rurais do Estado, independentemente das respectivas áreas, devem ter um mínimo de 10% (dez por cento) de sua superfície total ocupada com cobertura florestal, preferentemente com espécies nativas.

Parágrafo Único – Nas propriedades que possuam cobertura florestal inferior a 10% (dez por cento), seja de floresta adulta ou em formação, o proprietário deverá reflorestá-la, no prazo de 10 (dez) anos, até atingir o limite mínimo de 10% (dez por cento) da área do imóvel.

Art. 52 - O órgão estadual encarregado do exercício das atribuições a que se refere este Código passa a ser a Secretaria do Meio Ambiente - SEMA.

§ 1º - Os objetivos específicos da política florestal do Estado, elencados nos incisos II, XI, XIII e XIV do Art. 3º desta Lei, são compartilhados entre a Secretaria do Meio Ambiente - SEMA e a Secretaria da Agricultura e Abastecimento.

2º - Os objetivos específicos da política florestal do Estado descritos nos incisos V e IX do Art. 3º desta Lei são de competência da Secretaria da Agricultura e Abastecimento.

. Redação do Caput e §§ 1º e 2º do Art. 52 dada pela Lei nº 11.362/99

Art. 53 – O Poder Executivo regulamentará a presente Lei, no que for julgado necessário à sua execução.

Art. 54 – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 55 – Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio Piratini, em Porto Alegre, 21 de janeiro de 1992.

. NOTA DO EDITOR: O Decreto Estadual nº 35.096/94 regulamenta o Sistema de Controle para o transporte de produtos florestais no RS.

. Vide Lei Estadual nº 8.018/85

DOE 21/01/1992

